

■ NACIONAL

Estados elaboram orçamentos enxutos para 99

Os orçamentos estaduais para o próximo ano começam a ser votados nas Assembleias Legislativas no mesmo momento em que o governo federal discute a elaboração de novas leis de finanças públicas, que tentam tornar os orçamentos mais realistas. A idéia do governo é fixar metas para déficits ou superávits e estabelecer punições aos estados que não as cumprirem. Também há a pretensão de impedir que, nos orçamentos, os endividamentos sejam lançados como receitas de capital, como comumente ocorre. Os gastos dos estados são fonte de grande preocupação para o governo federal quando se fala em ajuste fiscal.

Aparentemente, mesmo sem as regulamentações, os novos orçamentos já foram elaborados em uma ótica mais próxima à realidade do País. Em alguns estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Paraná, a projeção das despesas em 1999 é menor que o que havia sido previsto para este ano. Onde há projeção de aumento de despesas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, o crescimento não ultrapassa 5%. A exceção é o Espírito Santo, onde o governo elaborou um orçamento 10% maior que o de 1998.

Em São Paulo, a previsão de despesas para o próximo ano é de R\$ 36,3 bilhões, 0,47% maior que a deste ano, que foi de R\$ 36,1 bi-

Idéia é adequar propostas aos cortes previstos no ajuste fiscal e à lei de finanças públicas que o governo federal quer aprovar

lhões. “Procuramos elaborar um orçamento levando em conta um crescimento muito pequeno da economia no próximo ano”, diz o secretário do Planejamento de São Paulo, André Franco Montoro Filho. A proposta levou em conta um crescimento de 2,74% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao orçamento de 1998.

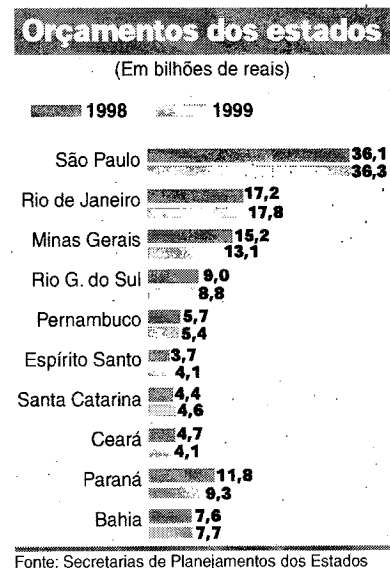
“Como estamos projetando uma inflação de 3,5% para o próximo ano, na verdade haveria uma queda de 0,76%”, diz o secretário. O Executivo paulista terá menos dinheiro para gastar em 1999 — a dotação cai de R\$ 21,9 bilhões para R\$ 21,8 bilhões. Segundo o secretário, a única obra nova que foi contemplada no projeto é a construção do anel rodoviário que visa desafogar o trânsito na capital paulista. “Outras verbas para obras, somente as que já encontram-se em andamento, como a ampliação do Metrô.”

O orçamento do Rio de Janeiro para 1999 tem um aumento maior que o paulista: passa de R\$ 17,29 bilhões para R\$ 17,8 bilhões, um crescimento de 2,89%. Apesar de aparentemente pequeno, esse aumento

tem recebido críticas. Um técnico da equipe de um dos deputados da oposição na Assembleia Legislativa diz que o aumento é estranho, se for considerado que o estado não precisará, em 1999, de arcar com dotações feitas este ano para empresas que foram privatizadas — como o Metrô e a Flumitrens.

O projeto fluminense conta com um aumento da arrecadação de ICMS de 5%. Passaria de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 8 bilhões. Para o mesmo técnico, cenário otimista demais. “Em um quadro recessivo, o nível do comércio costuma cair, e a arrecadação também, conseqüentemente”, diz. Além disso, segundo ele, há dúvidas se o governo conseguirá cumprir a meta para arrecadação fixada para este ano. O orçamento do Rio de Janeiro deve ter um processo de discussão difícil, já que, se fosse aprovado na íntegra, o Poder Legislativo seria um dos maiores prejudicados, com uma redução de 19% em sua receita — de R\$ 410 milhões para R\$ 332 milhões.

Na Bahia, a dotação orçamentária para 1999 cresce 0,8% em relação a este ano. Passa de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 7,7 bilhões. “Mas, se ficar de-



monstrado que os cortes no orçamento federal irão afetar o nosso, faremos os ajustes necessários”, diz o secretário do Planejamento, Luiz Carneira. Na proposta que foi enviada à Assembleia Legislativa, está sendo considerado um crescimento do Produto Interno Bruto do estado de 3% e, conseqüentemente, um aumento igual na arrecadação.

Para o secretário, isso não é excesso de otimismo, já que o PIB baiano vem crescendo em média 4% ao ano desde 1994. Uma das vantagens da Bahia em relação à maioria dos outros estados é que seu desembolso com pagamento de pessoal é

relativamente pequena — 53% da receita líquida corrente. E a intenção é reduzir essa despesa em um ponto percentual no próximo ano. Não pelo aumento da arrecadação, mas por causa da absorção dos primeiros 5% de inativos pelo Funprev, o fundo de pensão dos funcionários estaduais.

O Rio Grande do Sul leva em conta, no orçamento, um crescimento de 2,5% de sua economia no próximo ano. O total das despesas deve chegar a R\$ 8,8 bilhões. A princípio, menor que os R\$ 9 bilhões do orçamento deste ano. Mas, segundo o diretor de Programação Orçamentária da Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento, Nilo Fantinelli, a previsão para o próximo ano corrige uma dupla contagem ocorrida no projeto de 1998, em relação aos recurso de R\$ 540 milhões para um fundo educacional.

Apesar do aumento efetivo da dotação orçamentária, o projeto prevê uma queda de 1,1% na arrecadação de ICMS, fruto de uma conjuntura econômica adversa. Um dos principais problemas gaúchos é o elevado índice de gastos com o funcionalismo, que atinge 74% das receita corrente líquida, o que representa um crescimento de 3,5% em relação ao que foi previsto para este ano.

O projeto paranaense para 1999 também é inferior ao que foi proposto para este ano — cai de R\$ 11,8 bilhões para R\$ 9,3 bilhões. A ex-

plicação, segundo o diretor de Orçamento, Otaviano Fabbri Ferraz, é a exclusão de um crédito de R\$ 2 bilhões para pagamento de precatórios à construtora CR Almeida.

Fabbri diz que a folha de pagamentos do funcionalismo atinge hoje 78% das receitas do estado. Outros 10% são gastos com serviços da dívida e outros 12% com custeio. Portanto, segundo ele, o equilíbrio orçamentário e a implementação de programas de investimento em 1999 dependerá da alienação de ativos de empresas estaduais e de novas receitas de capital.

Em Pernambuco, o orçamento de 1999 é 6% menor que o deste ano. Cai de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 5,4 bilhões. “É um orçamento mais realista”, diz o secretário do Planejamento, João Recena. A previsão é de uma queda na arrecadação de ICMS — o previsto para este ano era R\$ 2 bilhões, e para o ano que vem será de R\$ 1,95 bilhão. Há uma projeção de aumento nos gastos com obras de infra-estrutura, como as do Porto de Suape. Mas a execução dessas obras vai depender, em grande parte, de financiamentos externos e recursos da União.

Alexandre Calais (São Paulo),
Leonardo Souza (Rio), Maria José Quadros (Salvador), Angela Caporal (Porto Alegre), Ubirajara Alves (Curitiba), Patrícia Raposo (Recife)